ÁREA TEMÁTICA: Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Formação Didático-Pedagógica de Professores em Administração

CATEGORIA: ENANGRAD Júnior

PRECONCEITO VELADO E DESIGUALDADE SOCIAL NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Resumo

Este estudo aborda o preconceito vivenciado no ensino superior privado brasileiro, contexto marcado por profundas assimetrias de classe e raça. O objetivo central consistiu em analisar a percepção sobre a permanência de estudantes bolsistas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, investigando visões enraizadas de discriminação, o sentimento de inferioridade e possíveis medidas de conscientização e integração. A metodologia utilizou uma abordagem mista de caráter exploratório-descritivo, combinando dados quantitativos e qualitativos obtidos via questionário *on-line* anônimo aplicado a 177 discentes. Como principais resultados, identificou-se uma forte assimetria nas interações acadêmicas: a classe social foi o fator predominante apontado pelos bolsistas, enquanto os estudantes pagantes priorizaram critérios como aparência física, conveniência e afinidade de gostos, sinalizando dinâmicas de homofilia e exclusão velada. Os relatos qualitativos destacaram o elitismo, o falso discurso meritocrático, a frágil representatividade negra e o descompromisso de alunos pagantes. Em relação à carreira, ambos os grupos convergiram na alta valorização da saúde mental e dos conhecimentos do curso para o sucesso profissional. Conclui-se que o acesso formal ao campus não assegura, por si só, a inclusão simbólica do estudante ao ambiente universitário. O trabalho contribui para a compreensão da reprodução de desigualdades na educação superior e orienta a criação de canais institucionais de denúncia, suporte psicológico e práticas pedagógicas integradoras para garantir a permanência plena.

Palavras-chave: Ensino Superior; Permanência Estudantil; Preconceito Velado; Desigualdade Social; Bolsistas.

Abstract

This study addresses the socioeconomic barriers and implicit prejudice experienced in private higher education in Brazil, a context characterized by deep class and racial asymmetries. The main objective was to analyze the perception regarding the retention of scholarship students at the Pontifical Catholic University of Sao Paulo, investigating ingrained views of

discrimination, feelings of inferiority, and possible awareness and integration measures. The methodology employed an exploratory-descriptive mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative data gathered through an anonymous online questionnaire answered by 177 undergraduate students. As key findings, a strong asymmetry in academic interactions was identified: social class was the primary factor cited by scholarship students, whereas paying students prioritized criteria such as physical appearance, convenience, and shared tastes, pointing to dynamics of social homophily and covert exclusion. Qualitative responses highlighted elitism, a false meritocratic discourse, weak Black representation, and a lack of academic commitment among paying peers. Regarding career prospects, both groups agreed on the vital importance of mental health and course knowledge for professional success. It is concluded that formal access to higher education alone does not guarantee symbolic inclusion for vulnerable students. The study contributes to understanding the reproduction of inequalities in higher education and provides insights for establishing reporting channels, psychological support, and integrative teaching practices to ensure meaningful student retention.

Keywords: Higher Education; Student Retention; Implicit Prejudice; Social Inequality; Scholarship Students.

1. Introdução

No Brasil, a desigualdade social é um problema estrutural e multidimensional de raízes históricas, desde os tempos coloniais, que ultrapassa a questão da renda e se manifesta fortemente nas disparidades raciais, de gênero e educacionais.

No contexto educacional, o ensino superior brasileiro tem sido, desde sempre, um espaço que exclui e que serve para perpetuar altas classes sociais, criando obstáculos significativos para a entrada de jovens de baixa renda e evidenciando a ilusão da meritocracia em uma sociedade com grandes disparidades de oportunidades. O acesso ao ensino superior no Brasil é um dos aspectos mais visíveis da desigualdade estrutural e dos preconceitos, mostrando que, ao longo da história, a universidade frequentemente atuou mais como um instrumento de manutenção de elites do que como um meio efetivo de promoção da mobilidade social.

Embora o ensino superior desempenhe um papel extremamente importante na promoção da mobilidade social e no impulso ao desenvolvimento econômico, a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro desse sistema apresenta desafios ainda não totalmente superados. Apesar de programas de permanência estudantil como

ProUni, FIES e PNAES terem sido criados pelo governo brasileiro para reduzir desigualdades e ampliar o acesso, os alunos beneficiados frequentemente enfrentam novos obstáculos no ambiente acadêmico após sua inserção.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), reconhecida por sua excelência e pelo compromisso histórico com a construção de uma sociedade mais democrática, é uma das instituições que amplia o acesso por meio de iniciativas voltadas para alunos bolsistas em seus campi. Esses programas incluem o ProUni, FIES, Fundasp e o Programa Pindorama, os quais integram uma política institucional orientada à promoção da diversidade e inclusão no ensino superior. No entanto, diversos fatores dificultam a conclusão da formação acadêmica por parte desses estudantes. Questões financeiras persistem como uma barreira significativa, mas também surgem problemas relacionados à adaptação ao ambiente universitário, dificuldades de convivência com professores e colegas e, não raro, o peso do sentimento de inferioridade. Além disso, muitos bolsistas enfrentam discriminação explícita ou velada devido à sua condição, o que agrava ainda mais os desafios psicológicos e sociais que vivenciam.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a percepção sobre a permanência de estudantes bolsistas na PUC-SP. De forma direta, entender quais crenças estabelecidas estão enraizados e padronizados que podem desencadear ações, reações e preconceitos direcionados a alunos bolsistas, e visões cristalizadas que estão enraizados e padronizados em alunos bolsistas que os fazem sentir-se inferiores, levantando possíveis soluções para o problema de pesquisa “quais medidas sociais e de conscientização são necessárias para garantir melhor convivência, respeito mútuo e diminuição do preconceito?”

Este artigo está organizado da seguinte forma: a primeira parte contextualiza a fundamentação teórica, onde são apresentados os conceitos de pobreza, racismo estrutural, meritocracia, preconceito e o papel da universidade na mobilidade social e na reprodução de elites, apoiando-se em autores e indicadores oficiais. Em seguida, a Metodologia detalha a abordagem mista exploratório-descritiva e a aplicação do questionário *on-line* anônimo, destacando o uso inovador de memes e gráficos estatísticos como textos-base multimodais. Posteriormente, a Análise e Discussão dos Resultados apresenta a caracterização dos 177 respondentes e examina a assimetria na sociabilidade acadêmica, as manifestações de preconceito velado e elitismo nos relatos qualitativos, além das visões dos estudantes sobre os fatores determinantes para o sucesso profissional. Por fim, a Conclusão e Contribuições sintetiza os principais achados da investigação, ressalta suas implicações teóricas, práticas e sociais para as políticas de permanência estudantil e indica as limitações da pesquisa com sugestões para estudos futuros

2. Fundamentação Teórica

A desigualdade social em suas múltiplas expressões tem como fundamento a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, gerando um acesso desigual à renda, à saúde, ao saneamento básico e aos meios de sobrevivência (Padula et al., 2023). Esse cenário, brevemente delineado, nos permite tratar a pobreza como o fruto mais perverso da profunda desigualdade aqui instalada desde os tempos coloniais (Yazbeck, 2012). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), principal órgão de planejamento do governo brasileiro, analisa a desigualdade como um problema multidimensional. Para o IPEA, a desigualdade brasileira é alimentada por heranças históricas e pela má distribuição de ativos produtivos.

Embora o Brasil tenha registrado avanços recentes — como a redução da extrema pobreza e a queda do Índice de Gini (medida estatística utilizada mundialmente para calcular o nível de desigualdade de distribuição de renda em um país ou grupo) para 0,504 em 2024, o menor valor da série histórica — as disparidades permanecem profundas e estruturais (IPEA, 2024). Os principais tipos de desigualdade no Brasil são:

- Desigualdade de Renda e Econômica:

A concentração de riqueza presente no Brasil é considerada uma das maiores do mundo. Segundo o Observatório Brasileiro das Desigualdades (2025), o 1% mais rico da população ganha, em média, 30,5 vezes mais do que os 50% mais pobres.

- Desigualdade Racial (Racismo Estrutural):

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 2024 indicam que pretos e pardos representam 71,3% dos brasileiros em situação de pobreza. No mercado de trabalho, a diferença é exorbitante: uma pessoa branca ganha, em média, 41% a mais que uma pessoa preta (IBGE, 2024).

- Desigualdade de Gênero:

Em 2024, a renda média das mulheres correspondia a apenas 73% da renda masculina. Essa desigualdade é intensificada pela "dupla jornada" e pelo peso desproporcional das responsabilidades relacionadas aos cuidados familiares (IBGE, 2024).

- Desigualdade Educacional:

Embora o acesso ao ensino básico esteja quase universalizado, a desigualdade reside na qualidade do aprendizado e no acesso ao ensino superior. De acordo com estudos realizados por Brito (2017), a infraestrutura escolar é precária em grande parte do país: apenas 15,5% das escolas

brasileiras possuem infraestrutura completa (laboratórios, bibliotecas e conectividade), enquanto a maioria dispõe apenas do elementar. No ensino superior, a taxa líquida de matrícula entre os mais ricos é mais do que o dobro da observada entre os mais pobres.

As desigualdades brasileiras não afetam a todos da mesma forma; elas atingem com mais força grupos específicos devido à sua classe social, cor, gênero ou crença. Esse abismo social configura situações de injustiça, exclusão e abandono, nas quais o preconceito atua como uma ferramenta para marginalizar os segmentos populacionais que vivem em condições de pobreza ou extrema pobreza. Dessa forma, a desigualdade gera e sustenta preconceitos que naturalizam a precariedade da vida e a falta de acesso a bens básicos e serviços de cidadania para a maioria dos indivíduos. (Chaves; Arcoverde, 2021).

Define-se preconceito como uma atitude ruim, negativa ou hostil em relação a um indivíduo, fundamentada exclusivamente na sua pertença a um determinado grupo social. De acordo com a psicologia social, ele é compreendido como um julgamento prévio que não se baseia em fatos ou na experiência direta, mas sim em generalizações e estigmas que servem para manter uma distância social entre os grupos (Lima, 2023).

Além de uma atitude individual, o preconceito funciona como uma ferramenta de marginalização em contextos de grande desigualdade. Ele atua para naturalizar a precariedade da vida e a exclusão de segmentos populacionais que vivem em condições de pobreza, servindo como uma justificativa ideológica para a manutenção de abismos sociais e para a negação de direitos fundamentais àqueles que são estigmatizados (Chaves; Arcoverde, 2021).

O acesso ao ensino superior no Brasil é um dos cenários onde a desigualdade estrutural e o preconceito se manifestam de forma mais nítida, revelando que a universidade, historicamente, funcionou mais como um mecanismo de reprodução de elites do que como uma ferramenta de mobilidade social.

A desigualdade no acesso ao ensino superior é fortemente alimentada por uma base educacional profundamente fragmentada entre as redes pública e privada. Segundo o IPEA (2020), o preconceito socioeconômico se reflete na crença de que o sucesso no vestibular depende estritamente do esforço individual (meritocracia), ignorando que estudantes de alta renda possuem acesso a infraestruturas pedagógicas superiores e cursinhos de elite. Esse cenário cria uma barreira de entrada para jovens de baixa renda, que muitas vezes precisam conciliar o trabalho com os estudos, resultando em uma sub-

representação histórica desse grupo nas carreiras de maior prestígio e concorrência.

A importância do ensino superior também se traduz em indicadores socioeconômicos diretos, como o aumento da renda e a redução da desigualdade. Conforme relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicados em 2021, indivíduos com diploma de nível superior possuem, estatisticamente, maiores taxas de empregabilidade e salários significativamente mais altos em comparação com aqueles que possuem apenas o ensino médio. Esse nível de instrução funciona como um poderoso catalisador de mobilidade social, permitindo que indivíduos de classes menos favorecidas rompam ciclos de pobreza e contribuam de forma mais robusta para o Produto Interno Bruto (PIB) do país. A conclusão do nível superior correlaciona-se diretamente com um aumento expressivo na renda média, funcionando como um mecanismo de justiça distributiva. Ao garantir que o conhecimento técnico não seja um monopólio das elites, a universidade permite que comunidades historicamente marginalizadas acumulem capital financeiro e cultural, reduzindo a distância socioeconômica entre as classes no Brasil (UNESCO, 2021).

3. Metodologia

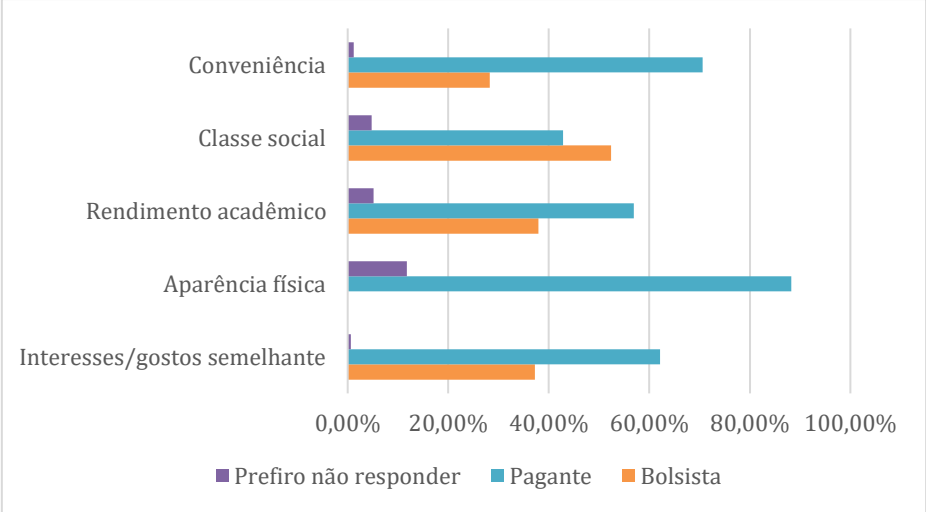
Com o propósito de analisar o preconceito velado e a desigualdade social na PUC-SP, este trabalho emprega uma metodologia mista de natureza exploratória e descritiva. O levantamento empírico deu-se mediante o preenchimento de um formulário eletrônico não identificável, composto por questões discursivas e escalas de avaliação perceptiva.

A pesquisa contou com a participação de 177 discentes da PUC-SP e utilizou um questionário composto por 14 questões distribuídas em diferentes formatos de resposta (aberta, escala Likert, ordenamento/classificação, escolha única e múltipla seleção). Quanto ao perfil dos respondentes, observa-se maior prevalência do gênero feminino (57,6%), enquanto 41,8% identificaram-se como do gênero masculino e 0,6% optaram por não responder. A faixa etária predominante situa-se entre 19 e 23 anos, com maior representatividade dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Direito. Em relação ao vínculo financeiro com a instituição, 60,5% dos alunos são pagantes, 37,9% são bolsistas e 1,7% preferiram não informar. Por fim, no tocante à autodeclaração étnico-racial, sobressaem-se os estudantes brancos (72,9%), seguidos por pardos (14,1%), pretos (5,1%), amarelos (5,1%), indígenas (2,3%) e 0,1% que optou por não responder.

4. Análise e Discussão dos Resultados

A partir dos dados coletados na primeira questão do questionário, que avaliou a relevância da Classe Social, Aparência Física, Conveniência, Gostos Semelhantes e Rendimento Acadêmico na sociabilidade acadêmica, destaca-se uma profunda assimetria de percepção socioeconômica. A Classe Social foi o único fator em que os alunos bolsistas representaram a maioria dos respondentes que o consideraram relevante (52,38%), evidenciando como o marcador de classe é sentido de forma direta pelo grupo em situação de vulnerabilidade; em contraste, revelou-se um "abismo" no critério da Aparência Física, o qual não teve nenhuma indicação por parte dos bolsistas (0,00%), mas alcançou 88,24% de adesão entre os alunos pagantes, sugerindo divergências marcantes no capital cultural, estético e nas prioridades de convivência; por fim, fatores pragmáticos como Conveniência (70,59%) e Interesses/Gostos Semelhantes (62,11%) contaram com forte indicação dos pagantes, o que reflete dinâmicas de homofilia social e a manutenção de bolhas de convivência entre pares com origens e hábitos similares.

Tabela 1 – Interação com outros alunos



Fonte: Autoria própria, 2026

Os dados observados encontram respaldo na fundamentação teórica sobre as desigualdades estruturais no Brasil, as quais se desdobram de forma multidimensional em renda, oportunidades e qualidade educacional (IPEA; Yazbeck, 2012; Padula et al., 2023). O fato de a Classe Social ser o marcador de maior relevância de interação apontado pelos alunos bolsistas (52,38%) evidencia como o preconceito socioeconômico e a distância social são vivenciados de forma direta por grupos vulneráveis (Lima, 2023; Chaves & Arcoverde, 2021). Além disso, enquanto o discurso meritocrático desconsidera as discrepâncias estruturais e de infraestrutura entre as diferentes classes sociais (IPEA, 2020), a exigência sobre o rendimento acadêmico impõe ao bolsista um peso desproporcional em relação aos alunos pagantes, reforçando a universidade como um espaço que, historicamente, atua mais na reprodução das elites do que na promoção da mobilidade social.

Sob a ótica da sociologia contemporânea, a total disparidade em relação à Aparência Física — ignorada pelos bolsistas (0,00%), mas considerada por 88,24% dos pagantes — e a predominância dos pagantes nos fatores Conveniência (70,59%) e Gostos Semelhantes (62,11%) explicam-se pelo conceito de *habitus* e capital cultural de Pierre Bourdieu. Padrões estéticos, símbolos de consumo e hábitos funcionam como mecanismos invisíveis de distinção social, promovendo a homofilia, a tendência de os estudantes se relacionarem prioritariamente com seus pares de background similar.

Visando compreender como a discriminação se manifesta e se justifica no cotidiano acadêmico, os dados qualitativos extraídos das respostas abertas expõem as dinâmicas de tensionamento socioeconômico e racial. Os *verbatims* reunidos a seguir ilustram como:

“Não acho que em todo ambiente universitário há discriminações tão acentuadas, mas em uma faculdade com fama “elitista” como a puc com filhos

de quem se acha "o dono do mundo", os acadêmicos crescem com um rei na barriga e levam isso para a faculdade. A realidade é que a maioria dos alunos que conheci não dão a mínima pro desempenho acadêmico, fazem pouco caso de quem se desdobra pra se manter na média e fazem pouco caso de diversos professores e aulas porque sabem que no final do mês o papai vai estar pagando a faculdade de qualquer jeito, ainda que carreguem o discurso meritocrático pra todo canto! Um inferno fazer trabalho em grupo em uma faculdade com tanta gente individualista e mesquinha, o que pouco reflete os verdadeiros ideais católicos que por sinal se fazem tão poucos dentro dessa faculdade!" – Verbatim de aluno pagante

"*Acredito que porque as pessoas não sabem lidar com as diferenças e não entendem que todos somos iguais. Além disso, a universidade possui pouca representatividade de pessoas negras, o que potencializa a discriminação."* - Verbatim de aluno bolsista

Os relatos articulam-se diretamente com o referencial teórico que trata das desigualdades e do preconceito socioeconômico no ensino superior. A denúncia dos estudantes sobre a "fama elitista" e o falso discurso meritocrático ilustra a crítica do IPEA (2020), que aponta a crença da meritocracia como uma justificativa ideológica que ignora o acúmulo prévio de capital econômico e infraestrutura escolar por estudantes de alta renda. Além disso, a constatação dos bolsistas sobre a sub-representação de pessoas negras e a manutenção do preconceito conecta-se com os dados do IBGE (2024) e do IPEA sobre o racismo estrutural e a desigualdade racial no país. O "estranhamento inicial" relatado traduz a tese de Chaves & Arcoverde (2021) e Lima (2023), nas quais o preconceito atua como uma atitude hostil e uma ferramenta para manter a distância social, justificando a exclusão de grupos estigmatizados em espaços historicamente dominados pelas elites.

A queixa dos alunos quanto à impunidade e à ausência de consequências para atitudes discriminatórias dialoga de forma direta com o debate legislativo e normativo recente (como as diretrizes de combate ao racismo e discriminação socioeconômica na Comissão de Direitos Humanos do Senado e a consolidação das Comissões de Heteroidentificação e Ouvidoria nas universidades públicas e privadas). O alinhamento com os relatórios da UNESCO (2021) reforça que a simples inclusão formal (acesso físico) não garante a justiça distributiva nem o bem-estar dos alunos se a instituição não criar mecanismos eficazes de permanência, responsabilização ética e políticas antissegregação dentro e fora das salas de aula.

Aprofundando a análise das dinâmicas acadêmicas para o âmbito do desenvolvimento de carreira, a pesquisa investigou a importância atribuída a cinco fatores fundamentais para o sucesso profissional: conhecimentos do curso, mérito individual, estabilidade familiar, saúde mental e networking. A

consolidação dos dados por perfil socioeconômico (bolsista versus pagante) permite identificar como a origem e a condição financeira influenciam a visão do estudante sobre as exigências e os recursos necessários para a inserção profssional.

Tabela 2 – Relevância para sucesso acadêmico

Fator de Sucesso Profissional	Perfil do Aluno	Muito Importante (%)	Mais ou Menos (%)	Pouco Importante (%)
Saúde Mental	**Bolsista**	**83,58%**	13,43%	2,99%
	Pagante	74,29%	24,76%	0,95%
Conhecimentos do Curso	**Bolsista**	**80,60%**	19,40%	**0,00%**
	Pagante	71,70%	24,53%	3,77%
Recursos e Estabilidade Familiar	**Bolsista**	**73,13%**	20,90%	5,97%
	Pagante	67,62%	26,67%	5,71%
Mérito e Competência Individual	**Bolsista**	65,67%	31,34%	2,99%
	Pagante	65,71%	30,48%	3,81%
Networking Adquirido no Curso	**Bolsista**	65,67%	31,34%	2,99%
	Pagante	63,46%	25,96%	**10,58%**

Fonte: Autoria própria, 2026

Observa-se um alto grau de convergência interclasse acompanhado de assimetrias estratégicas: a Saúde Mental (83,58% bolsistas e 74,29% pagantes) e os Conhecimentos Adquiridos no Curso (80,60% bolsistas e 71,70% pagantes) despontam como as dimensões mais valorizadas em ambos os grupos, com destaque para o fato de nenhum bolsista (0,00%) ter considerado o conhecimento técnico como pouco importante; adicionalmente, a Estabilidade Familiar atinge patamares elevados de reconhecimento (73,13% bolsistas e 67,62% pagantes), demonstrando que os discentes compreendem o suporte socioeconômico de origem como peça-chave no percurso profissional; por fim, enquanto o Mérito Individual e o Networking apresentam taxas de adesão muito semelhantes e expressivas na categoria "Muito" (em torno de 63% a 65%), os alunos pagantes registraram a maior rejeição relativa ao networking (10,58% o consideram pouco importante, contra apenas 2,99% dos bolsistas), sugerindo que estudantes vulneráveis enxergam a rede de contatos acadêmica como um ativo indispensável de mobilidade social.

A valorização expressiva dos recursos e estabilidade familiar por ambos os grupos (73,13% dos bolsistas e 67,62% dos pagantes) dialoga com os estudos do IPEA e de Yazbeck (2012), que mostram como a desigualdade no Brasil é marcada pela concentração histórica de renda e recursos. Os estudantes reconhecem que o apoio econômico da família funciona como uma rede de segurança essencial para o início da carreira. No entanto, entre os bolsistas, a busca pelo sucesso se reflete principalmente no valor dado aos

Conhecimentos Adquiridos no Curso (80,60% consideram "Muito importante" e 0,00% "Pouco"), o que demonstra que esses estudantes veem o ensino superior como o caminho fundamental para obter qualificação, alcançar a mobilidade social e romper ciclos de pobreza, alinhando-se à visão da UNESCO (2021).

5. Conclusão e Contribuições

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção sobre a permanência de estudantes bolsistas na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), investigando os pensamentos enraizados que alimentam o preconceito e o sentimento de inferioridade, além de discutir medidas de conscientização e integração. Os achados revelaram que a inclusão formal de bolsistas (via ProUni, FIES e programas institucionais) coloca em contato universos socioeconômicos antagônicos, desencadeando manifestações de preconceito velado, atritos de classe e discriminação racial.

A Classe Social foi o principal fator de interação apontado pelos discentes bolsistas (52,38%). Esse resultado dialoga diretamente com as teses de Lima (2023) e Chaves e Arcoverde (2021), que definem o preconceito socioeconômico não apenas como uma atitude individual, mas como uma ferramenta ideológica para naturalizar a exclusão e manter a "distância social" entre grupos estigmatizados e privilegiados.

Os relatos dos estudantes mostraram que a universidade é vista como um ambiente elitista, no qual alunos pagantes muitas vezes demonstram falta de compromisso com os estudos e atitudes individualistas em trabalhos em grupo. Essa dinâmica confirma as análises do IPEA (2020; 2024), ao evidenciar que a ideia de meritocracia funciona como uma ilusão: desconsideram-se as diferenças de origem e a forte concentração de renda no Brasil — onde o 1% mais rico ganha 30,5 vezes mais do que os 50% mais pobres —, exigindo um esforço muito maior do estudante vulnerável, que precisa equilibrar a rotina de estudos com o próprio sustento.

A frágil representatividade de estudantes e docentes negros foi apontada como um fator que potencializa a discriminação no campus. Essa constatação conecta-se aos dados do IBGE (2024) sobre o racismo estrutural no Brasil — onde pretos e pardos representam 71,3% da população em situação de pobreza —, revelando que o preconceito racial e de classe se sobrepõem na universidade, agravados pela percepção de impunidade e ausência de sanções institucionais a falas e atos discriminatórios.

O estudo contribui academicamente ao demonstrar que a democratização do acesso (inclusão formal) não elimina, por si só, os abismos socioeconômicos dentro do campus, pois barreiras invisíveis de consumo, estética e homofilia social continuam atuando para manter a distância

interpessoal e estigmatizar o aluno bolsista. Ao articular a sociologia da educação com os dados do IPEA, IBGE, Yazbeck (2012) e Padula et al. (2023), a pesquisa comprova que a universidade privada ainda opera, em grande medida, como um mecanismo de reprodução de elites. A investigação avança ao demonstrar como o preconceito velado se expressa no ambiente acadêmico por meio de microagressões, estigmatização estética e desvalorização do esforço do estudante vulnerável.

Em termos práticos e sociais, o trabalho fornece subsídios para que instituições de ensino superior aprimorem suas políticas de permanência estudantil, indo além da manutenção financeira e abrangendo a permanência simbólica e psíquica. Recomenda-se o fortalecimento de canais institucionais de acolhimento e denúncia (como ouvidorias e comissões antirracistas/antidiscriminação), a implementação de campanhas de conscientização sobre a diversidade e o incentivo a metodologias integrativas em sala de aula (como trabalhos em grupo supervisionados) para romper as "bolhas de convivência" interclasses. Para a sociedade, os achados reforçam a urgência de defender programas de inclusão (como ProUni e FIES) acompanhados de redes de apoio psicológico, garantindo que a universidade cumpra seu papel de vetor de justiça distributiva e transformação social (UNESCO, 2021).

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se o recorte amostral e a predominância de respondentes de cursos específicos que limita a generalização dos resultados para outras realidades acadêmicas. Para investigações futuras, sugere-se a ampliação do estudo para uma abordagem comparativa longitudinal entre diferentes universidades privadas e públicas, bem como o aprofundamento das interseccionalidades de raça, gênero e classe que avaliem o impacto do preconceito velado na saúde mental e na trajetória profissional dos egressos bolsistas no mercado de trabalho.

Referências

- BRITO, Marcelo Aguiar de. A dependência da origem: desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 794-824, jul./set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/6z9Y9Xm9Gf7Z8X9X9X9X9X9/. Acesso em: 16 mar. 2026.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.
- CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas

expressões no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 141, p. 164-182, maio/ago. 2021.

- DAWKINS, Richard. O Gene Egoísta. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Síntese de Indicadores Sociais 2024*
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Desigualdades multidimensionais no Brasil: uma análise de indicadores sociais*. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: ipea.gov.br.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Desigualdades de Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Análise da Última Década.* Brasília: Ipea, 2020.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Desigualdades de Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Análise da Última Década.* Brasília, 2020.
- LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; "Preconceito", p. 405-444. Psicologia social: temas e teorias. São Paulo: Blucher, 2023.
- OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. *Relatórios Anuais 2024 e 2025*.
- PADULA, Roberto Sanches et al. Acesso e permanência de alunos bolsistas na puc-sp sob a perspectiva da desigualdade social. 2023. 153f. Relatório De Pesquisa - Auxílio à Pesquisa (AuxP) - 2° semestre de 2021
- SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- UNESCO. *Educação Superior e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Brasília: UNESCO Brasil, 2021. Disponível em: brasil.un.org.
- YAZBECK, Maria Carmelita. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, (110), 288-322.